

UMA DISCUSSÃO SOBRE BAIRRO: O CASO DO ALECRIM EM NATAL-RN¹

Josué Alencar Bezerra²

1. Introdução

A discussão posta neste trabalho versa sobre a problemática do estudo de bairro, tanto para a sociedade comum, como para as mais variadas fontes bibliográficas que discutem sobre esta importante unidade intra-urbana. Esta discussão é tratada como experiência no bairro do Alecrim, localizado na cidade de Natal-RN, pois entendemos que este bairro possui diversos elementos que reafirmam ou contradizem as inúmeras tentativas de definição do conceito.

Primeiramente, iremos colocar diversas nuances de literaturas retiradas de fontes documentais, de vernáculos de alguns dicionários em alguns idiomas, encontrados em bibliografias comuns e de fácil acesso. E, em seguida, apresentaremos as definições elaboradas por gestores municipais e/ou comuns na criação de limites político-administrativos de uma cidade.

Posteriormente, levantaremos visões tomadas por autores científicos que dedicaram um momento de suas pesquisas para a problemática da discussão desta unidade urbana, dentre alguns deles, destacaremos: Lefebvre (1971), Rossi (1995), Lamas (1993), Jacobs (2000), Carlos (2001) e Barros (2004).

Por fim, lançaremos este resgate teórico no estudo de caso voltado para o bairro do Alecrim, colocando e discutindo os elementos que compõem este importante bairro da cidade de Natal, na tentativa de lançar questionamentos a respeito do quadro em que foi montado na (re)produção do bairro.

2. Uma discussão sobre bairro: diversas definições

2.1 O bairro segundo alguns dicionários

De uma forma geral, quando vasculhamos a definição de bairro em alguns dicionários, percebemos que a maioria deles define basicamente esta unidade como uma “divisão territorial de uma cidade”; como colocado por Aulete (1948): “cada uma das zonas

¹ Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior desenvolvida no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sob a Orientação do Prof. Dr. Ademir Araújo da Costa.

² jabeba@ufrnet.br

PPGe – UFRN

principais em que se divide uma cidade, ou uma porção de território nas proximidades de um núcleo urbano”. Ximenes (2000) praticamente acompanha a autora dizendo, de uma forma bem simples, que um bairro seria “Cada uma das grandes divisões de uma cidade”.

Outros dicionários montam diferentes tentativas de elaboração de um significado teoricamente simples. No vocabulário organizado por Corona & Lemos (1972), são levantados três modos de se definir um bairro:

- Cada uma das partes principais em que se localiza a população de uma cidade;
- Porção de território de uma povoação, mais ou menos separada;
- Arrabalde, subúrbio.

Em uma das fontes mais conhecidas da língua portuguesa, o autor segue a mesma tendência no entendimento do seu significado, porém, este incide rapidamente num debate sobre a utilização deste recorte:

Cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade ou vila, para mais precisa orientação das pessoas e mais fácil controle administrativo dos serviços públicos (NOVO Aurélio Século XXI, 1999).

Em Grande (1988), percebe-se a preocupação na delimitação do espaço para fins de controle administrativo de uma parcela da cidade, este levanta questões também locacionais. A preocupação se dá nas questões culturais de um determinado conjunto de moradores traduzido na denominação bairro, este empregado em algumas áreas como, por exemplo, um arraial³ ou uma povoação.

Isso posto, percebemos que desde a sua origem, a palavra bairro, que vem do latim *barrium* ou do árabe *barri* (de fora, exterior, separado), tem sido empregada nestes documentos organizados alfabeticamente. Apenas em alguns casos, como o colocado, podemos encontrar uma discussão que passa pela análise de características particulares a uma localidade e identificada por sua denominação. Por exemplo, podemos encontrar, em alguns deles, o conceito de bairro como um “pequeno povoado rural”, utilizado freqüentemente nas pequenas cidades do estado de Minas Gerais.

Na ENCYCLOPAEDIA Britannica do Brasil (1981), encontramos a denominação de bairro seguindo a interpretação particular de uma determinada área do Brasil, ou seja, como “Nome que, na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, se dá aos pequenos

³ Acampamento, Aldeota, lugarejo. Lugar de realização de festas populares (XIMENES, 2000, p. 82).

povoados ou arraiais dos municípios”, ou em Souza (1961), como simplesmente “[...] urbes elementares”.

Neste momento, vem à tona a preocupação com a questão da identidade e a vivência do indivíduo em um determinado recorte espacial. Em um estudo realizado por Sousa (1987) sobre o povoamento do interior do estado de São Paulo, o pesquisador ressalta que os elementos físicos e os laços afetivos estão inteiramente ligados àquela população.

Em um dos seus relatos, Sousa (1987) coloca que:

[...] além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o ‘sentimento de localidade’ existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico: - O que é bairro? – perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha. – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras.

Em um outro estudo desenvolvido por Souza (1989) em diversos vocabulários de algumas línguas do mundo, o autor trabalha com o bairro como uma unidade política, buscando o significado deste fonema.

Dentro da interpretação Castellana, o autor coloca que:

A etimologia é barr, bar, terra, campo, campo imediato a uma população. Bar, barr, barrio, continuou chamando-se esse campo mesmo depois de se haver edificado nele; e por último veio a significar ‘barrio’ uma das divisões locais ou municipais das povoações, e sobretudo das povoações grandes. Em algumas partes por ‘barrio’ se entende o mesmo que arrabalde, grupo de população situado no extremo da mesma, ou um pouco separado dela.

Já na língua francesa:

[...] o francês quartier designa uma realidade similar à do bairro. E também no caso francês, embora quartier e banlieue (subúrbio,

periferia) não se confundam exatamente, podemos encontrar *quartiers* em áreas periféricas.

Na língua inglesa, segundo o autor, a questão é mais complicada:

A palavra inglesa *neighbourhood* parece frequentemente cobrir uma escala intermediária entre a *unité de voisinage* e o *quartier* da literatura sociológica culturalista francesa. Isto explica o porque de se enfatizar o papel do *neighbourhood* como uma “área de relações primárias e espontâneas”, o que não combina com o conceito francês de *quartier*, aproximando-se, isto sim, da *unité de voisinage*. No entanto, parece que a *neighbourhood unit* dos anglo-saxões e a *unité de voisinage*, à parte a analogia vocabular, não são rigorosamente idênticas, embora muitas vezes recubram a mesma escala espacial, pois a *unité* me afigura elástica a ponto de abarcar escalas muito pontuais (como um prédio de apartamentos), o que não seria o caso do *neighbourhood*. Seja como for, são as relações de tipo primário, e não as de tipo secundário como no *quartier*, que definem em princípio o *neighbourhood* (SOUZA, 1989).

Até o momento, percebemos que as discussões colocadas pelos autores, quando estes abarcados por fontes descritivas, como de um dicionário, não abrangem uma análise mais verticalizada.

A pesquisa de outras posturas de interpretação do que seria um bairro esta organizada em um outro momento deste trabalho. Neste, são combinadas as características físicas e dimensionais daquele espaço.

2.2 De cunho morfológico-dimensional

Desta visão, o bairro revela, antes de tudo, uma forma física, um pedaço do urbano que cresce segundo tais eixos ou tais direções, e em um determinado tamanho, seu traçado segue uma lógica espaço-social. Assim, o bairro torna-se uma unidade morfológica espacial e morfológica social ao mesmo tempo.

No trabalho de BARROS (2004), a autora faz esta pesquisa colhendo algumas citações de vários autores que tentam definir este conceito utilizando alguns elementos, chamados pela autora de morfológico-dimensionais.

Neste trabalho, Rossi (1995) coloca que:

[...] a cidade, na sua vastidão e na sua beleza, é uma criação nascida de numerosos e diversos momentos de formação; a unidade desses momentos é a unidade urbana em seu conjunto, a possibilidade de ler a cidade com continuidade reside em seu preeminente caráter formal e espacial.

A unidade dessas partes é dada fundamentalmente pela história, pela memória que a cidade tem de si mesma. Essas áreas, essas partes, são definidas essencialmente pela sua localização: são a projeção no terreno dos fatos urbanos, a sua comensurabilidade topográfica e a sua presença, cultural e geográfica suficientemente circunscrita.

O bairro torna-se, pois, um momento, um setor da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem. Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função; portanto, uma mudança num desses elementos é suficiente para alterar o limite do bairro.

Posteriormente, o autor equaciona a escala bairro como sendo a intermediária entre as 3 escalas que, segundo ele, compõem uma cidade:

- A escala da rua: apresenta como elementos fundamentais da paisagem urbana como os imóveis de habitação entendidos como uma parcela cadastral em que a principal ocupação do solo é constituída por construção;
- A escala de bairro: formada por um conjunto de quarteirões com características comuns;
- A escala da cidade: considerada como um conjunto de bairros.

No mesmo trabalho, Lamas (1993) desenvolve a mesma leitura, porém, o autor utiliza para a classificação das escalas urbanas as “Dimensões”:

Segundo o autor, a menor escala, denominada “Dimensão Setorial”, dar-se à rua que compreende a “[...] porção de espaço urbano, com forma própria”. Neste espaço, os elementos morfológicos identificáveis são “os edifícios, o traçado e também a árvore ou a estrutura verde, desenho do solo e o mobiliário urbano”.

Em seguida, vem a “Dimensão Urbana”, ou seja, o bairro, variável ‘mor’ que estamos tratando neste trabalho. Segundo Lamas (1993):

É a partir desta dimensão, ou escala, que existe verdadeiramente a área urbana, a cidade ou parte dela. Pressupõe uma estrutura de ruas, praças ou formas de escalas inferiores. Corresponde numa cidade aos bairros, às partes homogêneas identificáveis, e pode englobar a totalidade da vila, aldeia, ou da própria cidade.

A esta dimensão, os elementos morfológicos terão de ser identificados com as formas à escala inferior e a análise da forma necessita do movimento e de vários percursos. São os traçados e praças, os quarteirões e monumentos, os jardins e áreas verdes, que constituem os elementos morfológicos identificáveis. Diremos também que a forma desta escala se constitui pela adição de formas da escala inferior.

Finalmente, a “Dimensão Territorial”, compreendida pela cidade propriamente dita. Nesta escala, Lamas (1993) revela que a forma estrutura-se através da articulação de diferentes formas à Dimensão Urbana, diferentes bairros ligados entre si. A forma das cidades define-se pela distribuição dos seus elementos primários ou estruturantes: o macrossistema de arruamentos e os bairros, as zonas habitacionais, centrais ou produtivas, que se articulam entre si e com o suporte geográfico (Figura 1).

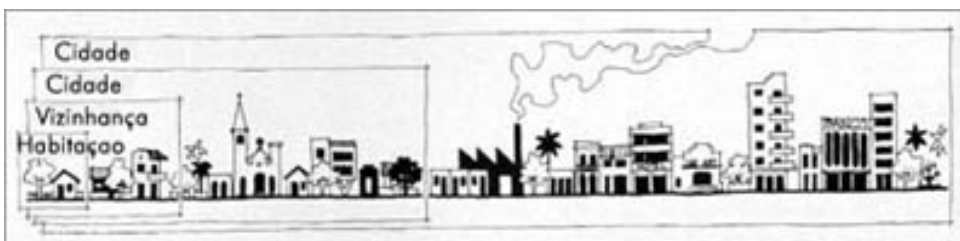


Figura 1: Diferentes escalas urbanas, segundo Santos (1988).

Fonte: (BARROS, 2004).

Quando nos reportamos ao número de equipamentos e indivíduos necessários para que determinado espaço possa ser considerado um bairro, Barros (2004) coloca que elementos como o número de habitantes, moradias, extensão numérica e número de quadras e lotes são importantes na visão de alguns autores quantitativistas:

A maioria vêm de bairros franceses do pós-guerra, assim podemos dizer que um bairro agruparia entre 2.000 e 3.000 moradias (em torno de um centro secundário) teria uma população entre 5.000 e 10.000 habitantes; e uma extensão de 3 a 5 km de perímetro (BARROS, 2004).

No entanto, percebemos que o entendimento de bairro vai mais além do que foi posto até o momento. Isso, tendo por base a organização de outras maneiras de interpretação conceitual, abarcada na discussão levantada neste trabalho.

2.3 De cunho político-administrativo

“O bairro corresponde à dimensão de território ideal para a reivindicação coletiva” (BARROS, 2004). Esta especificidade do bairro torna-o uma unidade politicamente importante.

Inegavelmente, o bairro constitui hoje a unidade urbana, a representação mais legítima da espacialidade de sua população, e não é por acaso que São Paulo conta com 900 “sociedades de moradores”, também conhecidas como “sociedade amigos do bairro”, cuja territorialidade é facilmente estabelecida (WILHEIM, 1982).

Como foi tratado anteriormente, na definição clássica, bairro é a denominação de cada uma das partes com que se costuma dividir uma cidade, definição justificada na promoção da operacionalização das pessoas e do controle administrativo dos serviços públicos, elementos como os correios, telefonia e limpeza.

Algumas prefeituras são bastante breves quando tentam definir esta subdivisão das urbes. Bairro, para a Prefeitura de Natal, revela uma “Unidade territorial de planejamento que utiliza referenciais conhecidos pela população” (SEMURB, 2003).

Outros órgãos gestores classificam esta unidade espacial como:

- “Célula de organização física, social e econômica que facilita a vida e a participação da comunidade na administração municipal” (Plano Diretor de São José dos Campos - SP, 2004);
- “Unidade física de planejamento e gestão através do acompanhamento, controle e avaliação da aplicação da política urbana, a ser utilizada pelo órgão central de planejamento e pelas administrações regionais” (Plano Diretor de Fortaleza - CE, 2004).

Na verdade, na identificação de um bairro, para a maioria dos seus habitantes, não interessa o seu limite imposto por uma prefeitura, porque se já o identificam físico-cognitivamente, pouco lhes importa até onde se estendem seus limites.

Mesmo assim, limites administrativos e limites subjetivos devem coexistir. Não coincidem na imensa maioria das vezes, porém, faz-se necessário que existam, caso

contrário, essa escala urbana não existiria de fato. A divisão administrativa se faz necessária porque é a partir destes limites que aquele recorte é identificado oficialmente e planejado ou assistido pelo órgão gestor; e os limites subjetivos fazem-se necessários porque, segundo Barros (2004), “[...] é a partir de sua definição coletiva que a base social se instaura, as reivindicações tomam corpo e o suporte físico o faz único”.

2.4 Do cunho histórico-social

Neste último momento, abrimos para a discussão que coloca o bairro como forma acentuada de um módulo social que, segundo Lefebvre (1971), passa por uma maior convergência entre o espaço geométrico e o espaço social, entre o quantificado e o qualificado.

O bairro seria a ‘diferença mínima’ entre os espaços sociais múltiplos e diversificados, ordenados pelas instituições e pelos centros ativos. Seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços qualificados e espaço quantificado, o lugar de onde se faz a tradução (para e pelos usuários), dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais, etc.) em espaço comum, quer dizer, geométrico (LEFEBVRE, 1971 *apud* BARROS, 2004).

Em uma visão fora da metrópole ‘veloz’ e amplamente ‘cruel’, o autor relata que este espaço poderia ser denominado também de escala paroquial⁴, já que a paróquia não só tinha uma existência religiosa, mas também uma existência civil e política. Não existia o que chamamos estado civil, os batismos, os casamentos e os óbitos se inscreviam nos registros paroquiais, os grupos e associações se organizavam ao redor do aparato eclesiástico.

Para outros autores, a noção de centralidade é mais importante do que o reconhecimento de limites, ou seja, para os moradores de um bairro, ele existe em função

⁴ “As paróquias constituíam bairros, e quando a cidade, ao fazer-se demasiado grande, perdeu sua unidade e seu caráter de comunidade local, o seu núcleo – a igreja paroquial – perdeu simultaneamente suas funções e sua capacidade estruturante. Em consequência: a conexão bairro-paróquia, que em outros tempos constituía uma realidade, já não tem mais fundamento. Esta passa a ter uma existência simbólica mais que funcional ou estrutural; o que está simbolizado tem sua sede e seu sentido mais longe; é a religião, a Igreja Católica e Romana, cuja sede do poder papal está bem distante”. (LEFEBVRE, 1971, págs. 197-198).

de seu centro, um ponto de encontro. E esses centros correspondiam à organização das paróquias da Igreja Católica, como supracitado.

Cada paróquia tinha seu templo e seu santo, se organizavam em torno deles e de outras facilidades como feiras e mercados. Importa mais saber em que local há maior superposição de significados do que precisar onde começa uma zona homogênea e acaba outra.

Já em uma visão mais contemporânea, autores colocam a figura do bairro dentro de grandes aglomerados urbanos como um espaço cada vez mais raro. É o caso de Carlos (2001) em seu trabalho: “Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana”.

Neste trabalho, a autora põe sua discussão em um nível de prática social como algo que se revela no plano do vivido. “Os bairros, agora, ganham nova funcionalidade dentro do espaço metropolitano, e o processo de funcionalização dos espaços acompanha uma gradação da vida cotidiana, resumindo-a cada vez mais à esfera da vida privada” (CARLOS, 2001, p.245).

Analisando o papel da ‘vizinhança’ no bairro, algo que alguns dizem ser prejudicial ao planejamento urbano, Jacobs (2000, p.123) fala que:

Um bairro bem-sucedido é aquele que se mantém razoavelmente em dia com seus problemas, de modo que eles não o destruam. Um bairro malsucedido é aquele que se encontra sobrecarregado de deficiências e problemas e cada vez mais inerte diante deles.

Para a autora, o bairro digno teria escolas, parques, moradias limpas e coisas do gênero. Embora a autora finalize sua reflexão ironizando: “Como a vida seria fácil se isso fosse verdade!”.

Como podemos perceber, a discussão acerca da busca de uma forma ideal de se definir o que seria um bairro é carregada de um debate bastante denso e rico de problemáticas para sua conceituação. Isto posto, abriremos a seguir a discussão sobre o estudo de caso que abarca os elementos até aqui trabalhados.

Mostraremos as características de um tradicional bairro da cidade de Natal, baseado no processo de (re)produção sócio-espacial vivenciado até a sua atual configuração.

3. O bairro do Alecrim

3.1 Desvendando o objeto

Localizado na Zona Administrativa Leste da cidade de Natal, o bairro do Alecrim faz limite ao Norte com o estuário Potengi/Jundiaí e nos demais sentidos, com alguns dos bairros mais antigos e, conseqüentemente, tradicionais da cidade como é o caso do bairro de Cidade Alta e das Quintas.

Segundo o último Censo brasileiro, o Alecrim possuía no ano de 2000 32.356 habitantes, estes distribuídos em uma área de 309,37 ha, o que representa uma densidade demográfica de 104,59 hab./ha correspondendo a 27,86% do total da população da Zona Leste⁵ e 4,5% da cidade (IBGE, 2000). Seguindo o perfil geral da cidade, a população alecrinense é composta por 44,45% de homens e 55,55% de mulheres, sendo que 39,80% do total encontra-se na faixa etária dos 20 aos 44 anos.

Atualmente, o bairro do Alecrim dispõe de 8.650 domicílios com 32.356 moradores (3,74 por domicílio), sendo, em sua maioria, formados de casas particulares. Deste total, 67,27% dos domicílios participam da rede geral de esgotos e os restantes são equipados com fossas sépticas ou rudimentares. Praticamente todo o lixo produzido pelas residências do bairro é coletado pelo serviço de limpeza pública, embora não seja este tipo de imóvel o que mais produza a sujeira no bairro, mas sim, a atividade comercial amplamente presente no bairro (SEMURB, 2003).

Dos seus moradores, 29,5% possuem um rendimento que varia entre 1 a 3 salários mínimos, percentual bem inferior aos que ganham mais que 20 salários mínimos (pouco mais de 2%). Comparado ao rendimento nominal médio mensal em salários mínimos do município (6,09) e da Região Administrativa Leste (9,0), o bairro do Alecrim (4,86) não se encontra muito bem posicionado, no que diz respeito à distribuição de renda entre a sua população economicamente ativa, o que revela um quadro sócio-econômico bastante deficitário, sendo um dado refletido na posição que o mesmo ocupa no cenário municipal, ou seja, 17º lugar dos 36 bairros existentes em Natal (SEMURB, 2003).

Com relação às atividades econômicas desenvolvidas, observamos que o Alecrim é composto, em quase sua totalidade, pela atividade comercial e pela prestação de serviços, preenchendo respectivamente 54,62% e 42,27% do total. A atividade industrial no bairro é compreendida basicamente por vidraçarias, marcenarias, padarias, gráficas e até mesmo indústrias fornecedoras de equipamentos voltados para atender os outros setores, como as fábricas de embalagem e de carrinhos de cachorro quente (SEMURB, 2003).

Com relação ao sistema educacional, o bairro dispõe de 22 estabelecimentos de ensino, sendo 9 particulares e 13 públicos. Segundo o Censo, a taxa de alfabetização da população com idade igual ou superior a 5 anos é de 89,75%, percentual razoável se

⁵ É importante ressaltar que na Zona Administrativa Leste vivem apenas 16,29% de toda a população de Natal, sendo a menor nesta variável das quatro Zonas do município (IBGE, 2000).

comparado aos 79,33% da população que não sabia ler nem escrever no início dos anos 1990 (IBGE, 1991).

No Alecrim, existem alguns espaços importantes voltados para a assistência médica da população. São encontradas, no bairro, 6 unidades de saúde, sendo 4 públicas, 1 privada e 1 sindical, bem como da Coordenadoria de Vigilância Sanitária de Natal (COVISA) (SEMURB, 2003).

No que se remete aos equipamentos voltados para o lazer existentes no bairro, os dados da SEMURB (2003) revelam que o bairro dispõe de apenas 1 quadra poliesportiva e 6 praças públicas, algumas bastante conhecidas como as praças Gentil Ferreira, ou praça do relógio e a Almirante Tamandaré, ambas localizadas em algumas das principais vias de circulação do bairro natalense, as avenidas Manoel Miranda, Mario Negócio e as ruas Fonseca e Silva e Olinto Meira.

Ao longo de sua expansão urbana, o Alecrim proporcionou a construção de importantes conjuntos habitacionais em seu perímetro, o maior deles seria o da Marinha com 332 moradores, seguido pelo da Caixa Econômica Federal (CEF), abrigando 303 pessoas e, por fim, o conjunto Santa Maria, compreendendo 117 habitantes. No bairro, são encontradas duas áreas denominadas sub-normais, as favelas do Formigueiro com 18 famílias e a Ocidental de Baixo com 127, somando um total de 451 habitantes, o que representa 1,4% da população do bairro. Ambas as favelas são compostas por construções de alvenaria ou por alguns barracos, embora disponham de serviços básicos como o fornecimento de água e energia elétrica (SEMURB, 2003).

Podemos perceber com esta análise um tanto descritiva do bairro, que o Alecrim dispõe de uma infra-estrutura urbana razoável e uma concentração populacional incomum para uma localidade central de uma antiga capital brasileira. Este fato é levado à tona, tendo em vista que na maioria dos grandes e médios centros urbanos do país, especificamente áreas antigas e centrais, têm-se observado que o esvaziamento demográfico com a migração, principalmente para áreas periféricas destas cidades, o que é verificado no bairro do Alecrim. Situação que tem ligação com a construção urbana no decorrer de sua história.

3.2 A construção de um bairro: o Alecrim

Desde o início de sua ocupação, já poderiam ser encontradas na localidade algumas construções e equipamentos importantes para Natal, como o único cemitério da cidade e a praça Pedro II, ambos assentados na localidade em que se construíram as primeiras casas do bairro. Em seguida, outro ponto de concentração demográfica na localidade era conhecido como Baixa da Égua, entre as atuais Igrejas de Nossa Senhora da Conceição e de São Sebastião, que o vigário João Maria mudou para Baixa da Beleza (FURTADO, 2004). Mesmo assim, até então, o Alecrim aparecia apenas com uma

passagem dos que vinham do interior do estado para negociar nos centros do comércio⁶ da cidade - Ribeira e Cidade Alta. Furtado (2004, p.6) reforça dizendo que:

Quando, a 7 de setembro de 1882, o Presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto pôs a primeira pedra para construção do Lazareto da Piedade, Hospício dos Alienados, o Alecrim ainda era uma capoeira. Por volta de 1890, inaugura-se uma fábrica de sabão – “Moura e Borges” Cia Ltda, empregando operários que foram fixando-se nas proximidades, em área do Refoles.

O seu povoamento se deu basicamente por imigrantes vindos do interior do estado. Segundo Cunha (1987, p.13), nos dois primeiros decênios do século passado, período de grande seca, milhares de pessoas abandonaram o interior do estado com destino à capital.

Natal era considerado o lugar que oferecia alternativas de sobrevivência, sede do comércio, dos organismos públicos e privados, e os imigrantes constituíram a força de trabalho abundante e barata, ajudando os comerciantes a acumular capital e riquezas. O Alecrim foi um dos bairros que mais abrigou essa população (CUNHA, 1987, p.13).

O bairro do Alecrim era a localidade de mais fácil acesso para quem vinha do interior fugido da seca. Na oportunidade, no Alecrim poderia ser encontrado sítios, vacarias, feiras, simplicidade de vida, dentre outras características que o tornaram o preferido pelos imigrantes (CUNHA, 1987).

Ainda no início do século XX, era possível verificar alguns elementos importantes para a evolução do bairro, como a instalação da Escola de Aprendiz de Marinheiro, no Refoles⁷, local onde seria construído, mais tarde, o primeiro caminho que ligava o bairro à Cidade Alta e o prolongamento de duas estradas de ferro que, além de darem acesso ao interior, levavam passageiros e produtos para os estados da Paraíba e de Pernambuco.

Na gestão do presidente da Intendência Municipal de Natal, Joaquim Manuel Teixeira de Moura, em exatos 23 de dezembro de 1911⁸, a localidade do Alecrim foi criada,

⁶ Aqui o conceito de comércio está relacionado com as trocas de bens, mercadorias e serviços.

⁷ Essa área, afirma CASCUDO (1999) relembra a estrada do corsário francês, Jaques Riffault, aventureiro e afoito que ali guardava sua nau, onde seu nome aportuguesado Riffaul-Refoles, foi o que restou do domínio francês no rio Potengi. Atualmente, esta localidade é conhecida como Guarita.

⁸ Apesar de ter sido criado em 1911, o Alecrim foi oficializado como bairro somente com a elaboração da Lei nº 251 de 30 de setembro de 1947, pelo prefeito Sylvio Pedroza, tendo seus limites

se desmembrando de Cidade Alta (SOUZA, 2001). A toponímia⁹ do lugar é baseada em diversos relatos. Uns contam que, na praça Pedro II, morava uma velha que costumava enfeitar com ramos de alecrim os caixões dos “anjinhos” que eram levados a sepultar no cemitério. Outros dizem ter vindo da abundância do alecrim-de-campo espalhado pelo mesmo trecho (CASCUDO, 1999).

A atual conjuntura urbana posta no bairro do Alecrim foi construída ao longo de várias décadas, estas até antecedendo a sua real criação. Como já citado anteriormente, elementos até hoje importantes para Natal foram construídos neste bairro da cidade, como: o cemitério (1856), a igreja de São Pedro (1918) e a criação da tradicional feira¹⁰ do Alecrim (1920) (SOUZA, 2001).

Atualmente, localizado em uma área central, com a existência de longas avenidas, o deslocamento para qualquer parte da cidade se torna facilitado. O fluxo viário, a importância do poder militar para a configuração sócio-espacial (Vila Naval), as ruas especializadas pelo comércio em toda a sua organização urbana não implicaram na mudança de algumas características do bairro como a permanência de um grande número de residências e a manutenção de importantes feiras populares, ora o advento das transformações observadas no espaço natalense.

4. Breves questionamentos

Como pode ser percebido, a discussão colocada no trabalho é justificável, tendo em vista todo o processo de (re)construção do bairro no decorrer dos seus 94 anos de existência. Esta (re)construção originou-se o que conhecemos hoje como bairro do Alecrim: um espaço particularmente comercial e residencial ao mesmo momento.

Isso posto, vêm à tona diversos questionamentos, os quais levantam a representatividade urbana do bairro para a cidade de Natal, tendo em vista o quadro atual e a inexistência de um consenso e uma compreensão do caso do Alecrim.

A busca de uma explicação da manutenção do bairro com características residenciais e, conseqüentemente, com costumes particulares deste espaço, mesmo este sendo abrigo para um grandioso comércio popular, vem a ser uma das principais questões do trabalho. Para isso, tentaremos explicar como se deu a evolução urbana do bairro do

redefinidos pela Lei nº 4330 de 05 de abril de 1993, publicada no Diário Oficial em 07 de setembro de 1994 (SEMURB, 2003).

⁹ “[...] muitos estudos de nomes de lugares continuam com a abordagem antiquada, coletando topônimos como objetos, utilizando um método tipo ‘alfinete no mapa’ que enfatiza uma coleta desamparada do contexto ou da textura profunda de uma perspectiva por dentro” (FAIR, 1997, p.467).

¹⁰ “A feira é uma instituição burguesa, criada na idade média, por volta dos séculos XI e XII. Existiu em toda a Europa e foi trazida pelos colonizadores portugueses para a então Brasil-Colônia” (SOUZA, 2001, p. 527).

Alecrim, o que o fez assumir um papel sócio-espacial importante para a cidade e demais fatores que contribuíram para o processo de (re)produção do espaço urbano alecrinense.

Enfim, a manutenção de características de uma ‘vizinhança’ localizada em um bairro tradicional e central da cidade, colocam o Alecrim como um espaço diferente dos demais bairros da capital.

Sendo assim, este trabalho objetiva levantar questionamentos fundamentais para “alimentar” a discussão colocada como forma de contribuição para o debate de uma pesquisa maior que se encontra em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- AULETE, C. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1948, 3ª ed., v. 1.
- BARROS, S. A. L. *Que Recorte Territorial Podemos Chamar de Bairro?: O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife*. En: Revista de Urbanismo, N°9, Santiago de Chile, publicación electrónica editada por el Departamento de Urbanismo, F.A.U. de la Universidad de Chile, enero de 2004.
- CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação de vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASCUDO, L. da C. *História da Cidade do Natal*. 3 ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico, 1999.
- CORONA & LEMOS, [...]. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.
- CUNHA, G. S. da. *Natal: o processo de expansão territorial urbana*. (Dissertação Mestrado), UNESP: Rio claro, 1987.
- ENCYCLOPAEDIA Britannica do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1981, p. 245.
- FAIR, S. W. *Inuqiat naming and community history: The Tapqaq and Saniniq Coasts near Shismaref, Alaska*. Tradução: Jörn Seemann. *Professional Geographer*, v.49, n.4, 1997.
- FURTADO, E. M. *O bairro do Alecrim: a construção de um estilo próprio para sobreviver*. In: Sociedade e Território. (prelo) Natal: PPGE-DGE (UFRN), 2004.
- GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 595.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, 1991 & 2000.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- LAMAS, J. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1993.
- LEFEBVRE, H. *Barrio y vida de barrio. De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, p. 195-200, 1971.
- ROSSI, A. (1995) *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SANTOS, C. N. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Eduff; São Paulo: Projeto, 1988.
- SEMURB – Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB). *Natal 2003: conheça melhor a nossa cidade (Alecrim)*. Prefeitura Municipal do Natal: Conferência da Cidade do Natal. 33p., 2003.
- SOUSA, A. C. M. e. *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1987.
- SOUZA, B. J. de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, 5ª ed., p. 23.
- SOUZA, I. *Nasce o bairro do Alecrim*. In: Nova História de Natal. Natal: O Diário. fasc., n. 16, set. 2001. p. 485-510. (Caderno Especial).

SOUZA, M. J. L. de. *O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 51, p. 139-172, 1989.

WILHEIM, J. *O bairro, unidade urbana*. Projeto São Paulo: propostas para a melhoria da vida urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 63-65, 1982.

XIMENES, S. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. 2ed. Reform. São Paulo: Ediouro, 2000.